

O processo de dismantelamento da sociedade de bem-estar: um diálogo entre as concepções de subjetividade neoliberal nas Ciências Sociais

Autoria: Pedro Henrique Queiroz ¹

Resumo: O neoliberalismo é uma força socioeconômica, cultural e política de grande alcance e capilaridade na reprodução da vida social e que influencia os âmbitos público e privado da vida em sociedade. A reprodução da subjetividade própria da racionalidade neoliberal é muitas vezes um pré-requisito para a sobrevivência cotidiana dos indivíduos dentro do atual regime econômico capitalista. Quais as consequências para a sociedade civil e para o Estado desta dinâmica neoliberal que se torna cada vez mais hegemônica? Nesse sentido, o presente artigo objetiva aprofundar o debate sobre a construção da racionalidade neoliberal na subjetividade dos indivíduos e na estrutura do Estado, identificando as convergências e divergências teóricas entre os autores mobilizados.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sociedade Civil; Subjetividades; Democracia.

Introdução

O neoliberalismo enquanto política econômica estatal surge em meados da década de 1970, como resposta às seguidas crises que o sistema capitalista passava na época, num cenário de Guerra Fria e intensa disputa ideológica entre mundo capitalista e mundo socialista. O confronto com os trabalhadores organizados, a privatização de bens públicos, a diminuição da taxa progressiva de impostos e a severa diminuição do alcance do Estado Social são algumas características elencadas por Wendy Brown (2019) do neoliberalismo surgido no período dos anos 1970. No contexto atual, o neoliberalismo se maquia de vários sentidos, ações e lógicas, que trabalham em conjunto para ampliar o alcance e a efetividade de uma ideologia que não é somente política ou econômica, é também moral, social e subjetiva. Segundo a autora (2019, p. 29), entretanto, o neoliberalismo não possui um conceito determinado, sendo mais relacionado a uma série de políticas que mobilizam a priorização de ideais mercadológicos na vida privada dos indivíduos, nas ações estatais e na condução da sociedade numa escala mais ampla.

¹Mestrando do PPGSOL – UnB e Graduando em Ciências Sociais

A dificuldade em estabelecer uma definição precisa do fenômeno neoliberal está em sua capacidade ímpar de mutação, de flexibilização, de adaptação aos contextos locais em que ela foi implementada (Gago, 2018). Nesse sentido, como compreender as diferenciadas atuações regionais de uma política/ideologia aplicada em escala global? Na visão de Verónica Gago, “para pensar na atualidade neoliberal é preciso dar centralidade à sua capacidade de mutação, sua dinâmica de *variações permanentes*, dando centralidade às *variações de sentido*, aos ritmos repetitivos e não lineares do tempo [...]” (Ibid., p. 18-19, grifos da autora). Desvendar as peculiaridades locais da vida socioeconômica, política e cultural é essencial para compreender o fenômeno neoliberal que está sendo colocado em ação em determinado território, sem perder de vista suas características principais, preconizadas mundo afora por instituições econômicas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bastiões da disseminação neoliberal em escala global.

Essa dinâmica de introdução dos princípios econômicos neoliberais nas condutas das pessoas e dos Estados, totalizando a experiência da racionalidade neoliberal para todas as esferas da vida em sociedade, provoca a consolidação de um indivíduo que vive amplamente orientado pelas concepções fundamentais dos mercados econômicos, por exemplo, a produtividade, a eficiência, a redução de custos e a competitividade. O sujeito produtivo, na visão de Dardot e Laval (2016, p. 320), que foi formulado a partir das relações estabelecidas pelo capitalismo moderno e industrial, é substituído pelo indivíduo competitivo - o sujeito empresarial, neoliberal, ou apenas “*neossujeito*” - orientado por noções empresariais em todas as esferas práticas da vida social. Tais ideais empreendedores se espalham por toda a sociedade, moldando as relações produtivas, as relações familiares, a construção do Estado, de acordo com os interesses próprios da empresa privada, basicamente, maior produtividade e maior lucro.

Essas ideias entram no imaginário social coletivo, através da mídia, da religião, do mercado e também do Estado, produzindo novas subjetividades alinhadas à razão mobilizada pelo neoliberalismo, produzindo um *homo oeconomicus*, “um sujeito de interesses, capacitado para competir e produzir numa economia de mercado” (Rosa, 2019, p. 12). Um dos exemplos elencados na formulação das subjetivações individuais a partir da razão econômica neoliberal é a forma como o cálculo, o risco, o empreendimento, ideias de cunho econômico, se tornam conceitos que guiam a reprodução da vida social, ajudando a transferir da esfera política a responsabilidade do Estado de promover

melhorias e seguranças sociais à população - um dos objetivos das políticas neoliberais frente ao Estado (Gago, 2018).

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é estabelecer novos diálogos entre as razões neoliberais e as suas composições dentro do debate já consolidado nas Ciências Sociais acerca do tema. Uma releitura das bibliografias relevantes acerca das temáticas que envolvem a estruturação social, econômica e política do neoliberalismo é empreendida neste artigo, através de uma revisão bibliográfica sistemática. Mobilizando autoras como Wendy Brown, Verónica Gago, Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval, o trabalho procura compreender como cada visão acerca do neoliberalismo se estabelece sobre a temática da produção de subjetividades, destacando suas convergências. A primeira seção do artigo se baseia na exposição das relações entre neoliberalismo, sociedade e Estado, focalizando as formas como o neoliberalismo modula as ferramentas estatais, políticas, sociais e econômicas e conquista seus objetivos numa escala mais geral. A segunda seção se volta para o debate acerca da produção de subjetividades dentro dos regimes econômicos neoliberais, compreendendo as relações entre o neoliberalismo e a reprodução da vida social na escala do indivíduo.

A atuação da subjetividade neoliberal na sociedade e no Estado

O debate entre as literaturas mobilizadas pelo trabalho procura entender através de quais ferramentas o neoliberalismo influencia a sociedade - inclusive, boa parte de seus setores sociais, políticos e econômicos, mobilizam políticas de cunho neoliberal - avaliando sua atuação incisiva frente aos mecanismos estatais políticos e sociais. A discussão também levanta questões acerca da capacidade do sistema capitalista neoliberal se moldar, mais ou menos, em favor de um regime democrático. Wendy Brown (2019, p. 33) compreende uma democracia enquanto uma estrutura sócio-política que se fundamenta a partir da igualdade política, considerada pela autora como a garantia de que a construção política da sociedade e o exercício dos poderes estão legitimados pela ação e vontade populares. Entretanto, para Brown, não há igualdade política quando se verificam desigualdades e exclusões de cunho político, social, econômico, racial e até informacional, e portanto, o exercício do poder se torna segregado e o povo não faz mais parte do governo.

Ao mesmo tempo em que as democracias liberais capitalistas não podem ser consideradas como democracias plenas segundo os critérios da igualdade política, o sistema neoliberal instalado de forma globalizada enfraquece constantemente os sistemas democráticos que já sofrem com as problemáticas socioeconômicas, culturais e raciais provenientes do regime econômico. Na visão da autora, “[...] uma orientação no sentido da democracia no contexto de Estados-nação e capitalismo requer apoio estatal para promover bens públicos, que vão desde cuidados com a saúde até a educação de qualidade, redistribuições econômicas e profilaxias vigorosas contra a corrupção pela riqueza.” (Brown, 2019, p. 37). Brown destaca e analisa em suas obras justamente a investida neoliberal sobre as provisões sociais estatais, ou seja, a corrosão de mecanismos sociais coletivos fundamentados a partir do Estado, que promovem uma sustentação básica da igualdade política dentro do regime econômico capitalista. Essa nova dinâmica política atinge ferramentas sociais substanciais como sistemas previdenciários, assistência social, educação e saúde, em prol da afirmação das prerrogativas morais mobilizadas pelo mercado na sociedade, influenciando a própria reprodução social dos indivíduos em nome da liberdade econômica (Ibid., 2019).

Dardot e Laval (2016), por sua vez, afirmam que o Estado é alvo de críticas e interferências da racionalidade neoliberal e também sofre várias alterações drásticas na forma como suas ações públicas são desenvolvidas e quais objetivos devem ser alcançados através das iniciativas estatais. Fundamentado na crítica da falta de eficácia e de produtividade estatais, o neoliberalismo aponta que as atribuições destinadas ao Estado são muito custosas do ponto de vista econômico, ao mesmo tempo em que tal instituição ainda coloca entraves e alguns obstáculos às atividades econômicas e à celebração da concorrência entre os atores da economia. O caminho político e socioeconômico mobilizado pela razão neoliberal, ou seja, a investida neoliberal, foi a de transplantar as noções concorrenciais próprias do mercado nos setores governamentais, combinando a atuação dos poderes públicos com o *modus operandi* empresarial (Ibid., 2016).

Segundo os autores, “Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e reduzir os custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (Dardot; Laval, 2016, p. 270). A transformação do Estado de Bem-Estar Social num Estado gerenciado através de parâmetros empresariais, um Estado “Concorrencial”, molda um novo tipo de governo, afetando principalmente as áreas social, política e

econômica da sociedade. Assim como Brown, os autores identificam uma reconstrução neoliberal do Estado, que é posto sob novas égides e opera com novos sentidos. A instituição estatal em si não desaparece, mas é remodelada a partir da racionalidade gerencial da empresa, da governança, da iniciativa privada, pautada pela concorrência e pela eficiência em todos os âmbitos. O processo de desmantelamento da sociedade, nos termos colocados por Brown (2019, p. 48), também opera em múltiplos sentidos, desde as privatizações, desmontando estrutural e politicamente o conjunto de mecanismos sociais e econômicos do Estado, até as contestações legais, éticas e culturais dos ideais de igualdade e justiça social, em favor das morais tradicionais e da promoção de uma liberdade socioeconômica sem a fundamentação social que a legitime enquanto uma política de inclusão. Na visão de Byung-Chul Han (2020, p. 11), o neoliberalismo é um regime que possui uma eficiência extraordinária na utilização e no aproveitamento da ideia de liberdade, com vistas à exploração, seja com relação às práticas ou às expressões de liberdade. Afinal de contas, a liberdade é uma característica fundamental da razão neoliberal e a forma como tal conceito é mobilizado pelas subjetividades que surgem através desta dinâmica também representam uma reconfiguração do liberalismo, fortemente atuante no desmonte da ideia de sociedade. Para Brown,

“A liberdade sem a sociedade destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro.” (Brown, 2019, p. 58).

O ponto de vista de Brown no entendimento da construção democrática da sociedade entra no debate, colocando em questão a adesão aos princípios da democracia dos regimes neoliberais. A autora (2019, p. 38) destaca que o sistema democrático demanda uma assimilação robusta da sociedade enquanto um território comum, que aproxima os interesses, os pontos de partida e destino dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que a sociedade é o lugar no qual as pessoas podem ser identificadas como cidadãos, exercendo direitos e fazendo uso de bens públicos, a sociedade também manifesta as suas desigualdades, ao passo que possibilita oportunidades para as devidas correções, ou seja, possibilitando o exercício da justiça social e a busca pela igualdade política. A justiça social é considerada por Brown (2019, p. 38) como o remédio básico para as desigualdades que servem ao sistema liberal dentro do regime capitalista e recurso valioso na construção da igualdade política dentro de um regime democrático. Nesse sentido, tal conceito é alvo das críticas e ações neoliberais no Estado e também faz parte dos

mecanismos públicos que são centrais no fenômeno neoliberal de desmantelamento da sociedade e remodelamento do Estado de bem-estar. De acordo com Albino e Oliveira, “Trata-se assim de uma razão governamental que promove, sobretudo, um ataque aos princípios, às práticas e às culturas, assim como aos sujeitos e às instituições da democracia. [...] Dessa maneira, o neoliberalismo seria destrutivo, em seu sentido mais profundo, tanto para o caráter quanto para o futuro da democracia.” (Albino; Oliveira, 2021, p. 14)

Dessa forma, o papel do Estado se transfere de uma produção do bem-estar social para uma garantia da máxima eficiência e utilidade dos seus recursos, sejam eles recursos econômicos, naturais ou humanos. A partir da mobilização por parte do mercado e de entidades econômicas mundiais - aquelas instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que se constituíram como grandes intermediários da aplicação das normas neoliberais pelos países - nasce o entendimento de que a gestão privada, ou seja, a governança, é mais eficaz que a gestão pública. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 278), o Estado já não se organiza para garantir na sociedade a associação entre diversas realidades e necessidades sociais, mas para sistematizar uma dinâmica social voltada às demandas da concorrência mundial e das finanças globais, modificando o sentido da gestão populacional através da mudança de orientação do Estado.

Para compreender a extensão de tal dinâmica convém utilizar como ponto de partida teórico a ideia de governamentalidade de Michel Foucault (2010, p. 171), que a constitui enquanto a arte de governar, de orientar a ação do Estado de acordo com os princípios e parâmetros relevantes em determinada sociedade ou regime político, numa relação entre governo, população e economia política que mobiliza conhecimentos específicos e aparelhos governamentais visando a adequação da população à uma racionalidade específica, de acordo com o sistema político e socioeconômico vigente. Na visão de Rosa (2019, p. 10), as contribuições de Foucault são essenciais para o entendimento das dinâmicas socioeconômicas e políticas, relacionando sociedade, política e economia com o objetivo de ordenar a população em torno da produção de subjetividades. O Estado é um personagem central no empreendimento da governamentalidade, estabelecendo as pontes e relações entre governo e população. A

teoria da arte de governar, que está ligada ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial do século XVI, organiza as normas, as morais e os princípios pelos quais o Estado formula sua razão – o conjunto de regras racionais que rege as ações estatais, produzindo seus instrumentos de soberania e de exercício do poder (Foucault, 2010). Portanto, o Estado deve ser analisado a partir das óticas e pressupostos da governamentalidade. Para falar de uma razão neoliberal que atua nos Estados e nos governos, é preciso compreender a importância de uma governamentalidade moldada por princípios e subjetividades próprias ao regime neoliberal, alinhadas na formulação de novas práticas de governo e de controle da reprodução social.

A função dos Estados - de maneira destacada, as funções e prerrogativas legais de cunho social - é a todo momento questionada pela racionalidade neoliberal e moldada de acordo com seus princípios e interesses. Esta dinâmica própria da razão neoliberal orienta a gestão do Estado de maneira direta, ao passo que “[...] por um lado, todo governo é *para* os mercados e orientado por princípios de mercado, e, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas.” (Brown, 2019, p. 31). Nesse sentido, a gestão pública é tomada pela razão neoliberal, que objetiva desabar o Estado que provêm socialmente à população, tomando o caminho das privatizações de empresas e bens públicos, da delegação de suas funções e encargos básicos à iniciativa privada e da destruição do Estado administrativo e burocrático (Ibid., p. 39).

Portanto, é possível observar que Brown, Dardot e Laval convergem na perspectiva do ataque neoliberal aos mecanismos estatais, identificando que os princípios mais centrais da racionalidade neoliberal atuam, não só com objetivos conflitantes em relação à ordem pública, mas na descaracterização e reformulação de uma generosa porção da estrutura estatal e governamental voltada às problemáticas socioeconômicas, culturais e políticas que são parte integrante da realidade das sociedades capitalistas contemporâneas. Uma característica comum da análise dos autores é que o neoliberalismo se apropria do Estado, ao mesmo tempo que procura diminuir suas funções e sua relevância política, entretanto, mantendo o caráter coercitivo e disciplinador das estruturas estatais de controle e manutenção da ordem. Por fim, o ataque neoliberal, que tem a sociedade democrática como alvo, desenvolve suas forças de combate em diferentes frentes, seja entre as instituições públicas ou entre a população, modificando a forma de se conviver em sociedade.

Produção de subjetividades pela razão neoliberal

O neoliberalismo enquanto regime socioeconômico, cultural e moral influencia a ação pública estatal através de diversos mecanismos, moldando os Estados e governos de acordo com os princípios e interesses dos mercados globais. De maneira similar, o neoliberalismo também molda a subjetividade dos indivíduos que estão inseridos em sua lógica, produzindo efeitos socioeconômicos, políticos e culturais na própria reprodução social, orientando os ideais de comportamento e as maneiras pelas quais os indivíduos encaram a vida em sociedade. Nesse sentido, o objetivo central desta seção é destacar os diversos entendimentos do campo científico com relação às formas de intervenção da razão neoliberal na produção das subjetividades dentro da sociedade, promovendo um diálogo entre as perspectivas políticas e sociológicas dos autores acerca deste fenômeno. A compreensão de subjetividade mobilizada no trabalho segue a definição levantada por Gago (2018, p. 17), observando que a subjetividade possui um duplo sentido, constituindo-se como subjetivação e como sujeitamento.

A noção de governamentalidade pode ser resgatada neste assunto, já que está conectada com a ideia de gestão da população e de gestão individual. De acordo com Foucault, “Gerir a população é geri-la em profundidade, nos detalhes. [...] Trata-se de um triângulo soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 2010, p. 171). A governamentalidade alinhada à razão neoliberal instrumentaliza a população na produção de subjetividades e na reprodução social, modificando as formas de conviver, seja individualmente, seja coletivamente. Han (2020, p. 11) indica que o indivíduo neoliberal, aquele que se considera um “empreendedor de si mesmo”, não consegue se relacionar com outra pessoa sem possuir nenhum interesse, nenhum propósito. Tais interesses residem para além das necessidades individuais, que estão fortemente condicionadas pelas necessidades do capital e do regime neoliberal. “Atualmente, já não trabalhamos por causa de nossas próprias necessidades, e sim pelo capital. O capital gera suas próprias necessidades, que erroneamente percebemos como se fossem nossas. O capital representa uma nova *transcendência*, uma nova forma de subjetivação” (Ibid., p. 16, grifo do autor).

O governo de si mesmo também é uma característica central da governamentalidade, fator que é fundamental na construção das subjetividades, ou seja,

a forma de orientar princípios comportamentais e objetivos de vida tem papel indispensável na construção e no exercício da racionalidade neoliberal. Para além da biopolítica e do poder disciplinar foucaultianos, a razão neoliberal se apropria, segundo Han (2020, p. 43), das tecnologias de si mesmo, modificando pela psique – e não apenas pelo corpo, como fundamenta Foucault – as subjetividades individuais, consolidando uma maneira muito eficiente de dominação e de exploração. A psicopolítica, portanto, interpreta a racionalidade neoliberal e compreende que houve um avanço na produção de subjetividades pelos sistemas econômico, político e cultural vigentes.

“O sujeito neoliberal de desempenho como ‘empresário de si mesmo’ explora-se voluntária e apaixonadamente. Fazer de si uma obra de arte é uma aparência bela e enganosa que o regime neoliberal mantém para explorá-lo por inteiro. A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração. Esse estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault.” (Ibid, p. 44).

Este sujeito moderno, como observam Dardot e Laval (2016, p. 318), está segmentado em duas orientações, a primeira na qual o homem se posiciona na sociedade enquanto cidadão, portador de direitos, e a segunda, o homem econômico, guiado por interesses pessoais. A hegemonia da mercantilização e da urbanização das sociedades acaba por modificar as relações sociais, o que auxilia que o homem econômico seja dominante frente ao cidadão. Tal pluralidade própria do homem abre espaço para novas concepções de subjetividade, de reprodução social, de comportamentos ideais dentro da sociedade capitalista. O ponto original da criação da subjetividade neoliberal, segundo os autores (2016, p. 321), se configura no conjunto cálculo + empresa, combinando a maximização dos prazeres dentro das relações sociais com os princípios que regem a administração empresarial e que obtêm grande importância na dinâmica cotidiana dos indivíduos. Uma governamentalidade empresarial, portanto, estaria relacionada à um modo de governar aos sujeitos e à si próprio utilizando a ideia de “empresa” como uma ferramenta competitiva dentro da sociedade e das relações sociais, sendo o lugar ideal da inovação, da eficiência e do sucesso, moldando os sujeitos enquanto especialistas de si mesmo, empreendedores de si mesmo. Suas atividades se tornam alinhadas a um conceito de produtividade, vinculado ao investimento, ao risco calculado e à competição, exaltando a disciplina pessoal (Ibid., p. 325).

O modelo empresarial e corporativo, que possui grande importância no remodelamento da ação pública, também influencia a sociedade em escala individual, condicionando os sujeitos a serem mobilizados pela sua própria “empresa pessoal”, de acordo com as dinâmicas normativas específicas de cada sociedade. Gago argumenta que

“[...] o neoliberalismo torna-se uma dinâmica *imane*nte: se desenvolve em proximidade com os territórios, modula subjetividades e é estimulado sem a necessidade primeira de uma estrutura transcendente e externa. Nessa perspectiva, o neoliberalismo não pode ser compreendido sem levar em conta como foram captadas, criadas e interpretadas as formas de vida, as artes de fazer, as táticas de resistência e os modos de habitar populares que o combateram e o transformaram, que dele se aproveitaram e que com ele sofreram.” (Gago, 2018, p. 16-17).

Desenvolvendo sua ideia de “neoliberalismo de baixo para cima”, a autora busca aproximar a racionalidade neoliberal do agenciamento individual das pessoas dentro das sociedades, afastando as concepções que associam a razão neoliberal apenas como um instrumento de políticas macro, do interesse do Estado e de instituições do mercado. Nesse sentido, Gago (2018, p. 19) evidencia a transformação que o fenômeno neoliberal, ocorrido na América Latina em geral, sofreu a partir dos novos impulsos ao consumo de bens materiais num momento de crise socioeconômica com miséria e desemprego, no início do século XXI, e como esse movimento deu origem à novas subjetividades relacionadas ao trabalho, ao consumo, ao empreendedorismo, aos recursos financeiros. O neoliberalismo, portanto, se concebeu a partir da aplicação política-institucional e se adaptou às realidades sociais das classes populares como racionalidade apropriada pelos fazeres tradicionais e que muda as formas de viver dos diversos grupos da sociedade, agora fundamentadas na primazia do cálculo e da empresarialidade das massas.

A partir de outra perspectiva, Brown aprofunda as relações entre razão neoliberal e moral neoconservadora, analisando as conexões entre as duas perspectivas sociais e políticas numa sociedade formulada hegemonicamente pelo regime capitalista. A expansão e o aprofundamento da relevância da “esfera pessoal protegida” é um dos mecanismos-chave para a autora, na aproximação entre moral das tradições e as doutrinas de mercado na reconfiguração do valor e da função dos indivíduos e da família na sociedade e na economia. Apoiada no conceito de “convergência” de Melinda Cooper, Brown (2019, pp. 113-114) compreende as combinações entre a razão neoliberal e o conservadorismo dentro dos ambientes familiares na promoção de agendas morais tradicionais e valores econômicos neoliberais, mobilizando a substituição do Estado de

bem-estar pela família na provisão de assistência social aos indivíduos. “Se os indivíduos pudessem voltar a depender da família para tudo, desde manter filhos gerados fora do casamento até o custeio da faculdade, eles também seriam ressubmetidos à autoridade, moralidade e disciplina econômica da família.” (Ibid., p. 114). A dinâmica individual e familiar em que a racionalidade neoliberal está inserida, pressupõe a promoção das liberdades pessoais através da afirmação das tradições no combate à autoridade coercitiva estatal, voltada para garantir a justiça social. Tal perspectiva conservadora trabalha na valorização da responsabilidade individual em detrimento do assistencialismo, principalmente o estatal, já que este não motiva os indivíduos a inovar, a tomar riscos e a superar a pobreza (Rosa, 2019).

Nesse sentido, a ampliação da “esfera pessoal protegida” gera uma nova forma de privatização, destacadamente apoiada na familiarização e na cristianização da sociedade e dos indivíduos, agindo contra a democracia. Tal associação entre moral, mercado e sociedade, para Rosa (2019, p. 86), estimulou a dinâmica de “financeirização” da vida cotidiana, atribuindo a racionalidade econômica à própria reprodução da vida social e atrelando o comportamento dos indivíduos aos cálculos financeiros e de custo-benefício. Segundo Brown (2019, p. 144), o crescimento do campo pessoal protegido acompanhado da liberdade pessoal, afirma as desigualdades de classe, gênero, raça e sexualidade na sociedade, sustentando a ordem privada, homogênea e familiar frente à ordem pública, secular e democrática. Esse fenômeno acaba por mobilizar a legitimação de uma dinâmica política iliberal, aumentando a relevância e o tamanho do âmbito privado frente ao público e formulando subjetividades a partir da conjunção entre razão neoliberal econômica e moralismo tradicional religioso.

O diálogo entre as diferentes percepções do exercício da razão neoliberal que o trabalho busca promover evidencia que a compreensão da racionalidade neoliberal e sua influência sobre a produção de subjetividades individuais perpassa a caracterização da sociedade enquanto o lugar do predomínio empresarial e da iniciativa privada estendida na maioria possível dos setores da sociedade. Politicamente e economicamente, como discutido na primeira seção, o Estado de bem-estar e o regime democrático sofrem ataques direcionados às suas capacidades de contornar desigualdades e tornar o sistema capitalista menos nocivo e prejudicial às populações socialmente vulneráveis. A produção das subjetividades por parte da legitimação da razão neoliberal entre os indivíduos atua moralmente na sociedade, solidificando a fundamentação corporativa da sociedade como

um todo, estendendo a dinâmica competitiva e empreendedora aos indivíduos. Gago (2018) destaca como tal maneira de pensar e reproduzir a vida social se localiza entre os grupos sociais populares, passando de uma mera política institucional para uma racionalidade apropriada pelas tradições locais, mobilizando a ideia do cálculo e da produtividade até em setores informais da economia.

Dessa forma, a noção de governamentalidade identificada pelo debate científico sendo empregada pelo neoliberalismo compreende um regime social baseado no governo dos outros e de si próprio, voltado à eficiência, à produção e ao lucro, formulando subjetividades que se ancoram na performance econômica, no “gozo e desempenho” (Dardot; Laval, 2016), aos princípios empresariais como finalidade única. Ao mesmo tempo em que tal racionalidade neoliberal manipula grande mudança nas formas de viver e de se relacionar socialmente, Brown (2019) chama atenção às alianças entre razão neoliberal e moralismo conservador, aprofundando as formas de disciplinar as instituições e a população, através da fabricação de subjetividades a partir da combinação entre princípios religiosos e econômicos nas sociedades e nos governos.

Considerações finais

O diálogo mobilizado pelo trabalho busca evidenciar dentro dos debates políticos, científicos e sociais que o regime neoliberal está conduzindo uma solidificação dos seus princípios, da sua razão nos governos e Estados, mas de maneira geral, na população e na sociedade. A nova razão do mundo, como denominam Dardot e Laval, se envolve entre as relações produtivas, sociais e de poder, sujeitando tais dinâmicas enquanto uma parte de seu fenômeno neoliberal de alcance global. Sociedade, cultura, democracia, justiça social, todos esses conceitos que estruturam uma sociedade democrática, são postos à prova pela racionalidade neoliberal da competitividade. A força neoliberal se mostra universal na forma como dita comportamentos socialmente aceitos e formula estratégias de vida orientadas pela eficiência e pela maximização dos resultados.

A reprodução da subjetividade neoliberal se desenvolve cada vez mais enquanto um destino comum a todos, pelo caráter globalizante do regime capitalista. A racionalidade neoliberal vai se desenvolvendo para alcançar o status de razão econômica que se adapta melhor aos contextos locais e evoca na sociedade de maneira mais eficiente os princípios fundamentais do sistema do capital. O impacto político também é notável,

reproduzindo instabilidades políticas em escala global e modificando o caráter estatal em direção à uma ordem pública cada vez mais antidemocrática. Na visão de Brown, “O ataque neoliberal ao social, que estamos prestes a examinar mais de perto, é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constroi e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*.” (Brown, 2019, p. 39, grifos da autora). É interessante notar essa convergência entre Brown e Gago na forma de encarar a razão neoliberal na sua aderência às culturas e grupos sociais desfavorecidos economicamente na sociedade, demonstrando o caráter mutável do fenômeno. Brown segue numa linha de análise mais voltada às questões políticas e sociais, enquanto que Gago se atém a uma observação mais econômica da razão neoliberal desde baixo.

Dessa forma, não há, no debate mobilizado entre os autores escolhidos, grandes divergências no entendimento do desenvolvimento da razão neoliberal frente aos Estados e às populações, constatando a observação de uma atividade neoliberal de mudança da ordem pública e de reformulação da sociedade seguindo os princípios do neoliberalismo e do sistema capitalista. O ataque ao Estado de bem-estar, à justiça social, ao regime democrático e a primazia dos princípios mercadológicos do cálculo, do custo-benefício e da eficiência são temáticas de investigação compartilhadas pelos autores neste diálogo, alinhando seus estudos da realidade socioeconômica neoliberal a partir do sistema capitalista vigente de maneira global.

Referências Bibliográficas

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. (2021), Razão neoliberal e desdemocratização. In: Chiara Albino, Jainara Oliveira (Orgs.), Leituras sobre neoliberalismo. Recife, PE: Editora Serigueta, p. 13-25.

BROWN, Wendy. (2019), Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016), A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. (2010), Tradução e organização Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal. Disponível em:

[https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder -
_Michel_Foucault.pdf](https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf)

GAGO, Verónica. (2018), A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante.

HAN, Byung-Chul. (2020), Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné.

ROSA, Rafael Rocha. (2019), Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.